

# “OLHE QUE NÃO, OLHE QUE NÃO!”

OS DOIS DEBATES  
TELEVISIVOS DE 1975  
ENTRE MÁRIO SOARES  
E ÁLVARO CUNHAL

ORGANIZAÇÃO E TEXTOS:  
JOSÉ PEDRO CASTANHEIRA  
E JOSÉ MARIA BRANDÃO DE BRITO

TRANSCRIÇÃO DOS DEBATES E FIXAÇÃO DOS TEXTOS:  
TERESA CLÍMACO LEITÃO

---

LISBOA  
TINTA-DA-CHINA  
MMXX

## ÍNDICE

Agradecimentos	13
OS DOIS GRANDES DEBATES DA REVOLUÇÃO	15
Nacionalizações e mudanças na comunicação social	17
Turismo político de todas as esquerdas	19
Socialistas vencem eleições constituintes	22
Incidentes no 1.º de Maio e a divisão entre PS e PCP	25
O «caso <i>República</i> » e o valor da liberdade de informação	28
Três correntes entre os militares no poder	29
Portugal provoca múltiplas divergências internacionais	32
A «batalha da produção»	35
A independência de Moçambique e as boas intenções de Angola	36
O debate na Antenne 2 para francês ver	38
PS abandona o IV Governo e passa à oposição	42
A <i>troika</i> portuguesa na capa da revista <i>Time</i>	45
Guerra de documentos: o dos «Nove» e o do COPCON	48
O discurso de Almada e o fim do «gonçalvismo»	50
PCP ajuda a fundar a FUP, para logo a abandonar	52
Radicalização à esquerda e à direita	55
O assalto à embaixada de Espanha em Lisboa	57
Costa Gomes visita Moscovo e Sá Carneiro regressa de Londres	59
«Veloso, amigo, o norte está contigo»	60

Jornal <i>O Século</i> : referendo ou braço no ar? —————	62
Secretário de Estado da Informação sequestrado —————	64
Cunhal na RTP: «Olhe que não, olhe que não!» —————	65
O cerco à Assembleia Constituinte —————	71
A greve do VI Governo e o juramento de bandeira no RALIS —————	73
O debate na Antenne 2 :	
SIM OU NÃO À DEMOCRACIA BURGUESA? —————	79
«Esta noite estão muito simpáticos um com o outro» —————	81
Recusa mútua da social-democracia —————	85
«Processo eleitoralista» <i>versus</i> «processo revolucionário» —————	88
Conceito de «democracia burguesa» gera polémica —————	92
Soares contra a exclusão do PCP do Governo —————	97
Caso <i>República</i> : conflito laboral ou político? —————	103
«Morte ao Cunhal e ao Soares» —————	107
«Vamos ter uma verdadeira democracia» —————	109
.	
Como os jornais viram o debate em francês:	
PALAVRAS IGUAIS, LINGUAGEM DIFERENTE —————	117
Um telegrama da agência France-Presse —————	118
No dia do debate, só metade dos jornais o noticia —————	119
Uma só manchete na imprensa matutina: <i>O Século</i> —————	122
<i>Jornal Novo</i> é o único que faz um editorial —————	126
<i>Expresso</i> transcreve o debate —————	128
O frente a frente na RTP:	
«OLHE QUE NÃO, OLHE QUE NÃO!» —————	141
«É vital alargar o bloco social de apoio à revolução» —————	143
«Uma revolução tem de se fazer contra alguém» —————	145
«Mas uma revolução faz-se com alguém — o povo» —————	149
«O PS tem uma aliança preferencial com a direita reacionária» —————	154

«Social-fascista é uma injúria»	161
«Vaga de fundo do povo português» — sim ou não?	167
«Gostávamos de ter possibilidade de fazer mais perguntas...»	173
«O MPLA é o representante legítimo do povo de Angola»	176
«Negociar com os três movimentos de libertação»	180
«O Governo era segregado das questões da descolonização»	185
«Terminar com os saneamentos à esquerda nas Forças Armadas»	191
«Os SUV representam a destruição do MFA»	195
«O PPD não tem nada que estar no Governo»	199
«Grita-se muito 'vem aí o lobo!' e depois ninguém acredita»	203
«O PC está no Governo e faz tudo para o derrubar»	210
«Não é isso, Dr. Mário Cunhal...»	216
«Não somos a favor do socialismo da miséria»	223
Política de informação...	229
... o «caso <i>República</i> »...	234
... o <i>Diário de Notícias</i> e <i>O Século</i>	238
«O dr. Sá Carneiro é um reacionário»	244
«Nós, Partido Socialista, queremos salvar Portugal»	250
Visões opostas sobre a reforma agrária	255
RTP propõe «uma segunda volta» desta «conversa»	263
«Isso são contos da carochinha!»	269
Um petardo na sede do PS à hora do debate	273

A cobertura da imprensa:

O MAIOR ESPETÁCULO DO ANO	279
Uma cache do vespertino <i>A Luta</i>	281
Menos destaque que o debate francês	283
Críticos de televisão comentam	286

Diários do Porto suspendem transcrição integral	290
<i>Expresso</i> dá vitória a Soares	293
Lista de siglas e acrónimos	300
Bibliografia	302
Índice onomástico	307

## OS DOIS GRANDES DEBATES DA REVOLUÇÃO

Ao fim da manhã do dia 11 de março de 1975, o Regimento de Artilharia n.º 1 (RAL1), em Lisboa, foi bombardeado por aviões da Base Aérea n.º 3 e cercado por tropas do Regimento de Paraquedistas de Tancos. O alvo era uma das mais emblemáticas unidades militares alinhadas com a extrema-esquerda. O ataque inseria-se num plano de golpe de Estado de direita, tendente a repor no topo do poder político-militar o general António de Spínola.

O fracassado golpe de 11 de março foi o marco fundador do chamado «processo revolucionário em curso», mais conhecido pela sigla PREC, que se prolongou por 37 semanas — até um novo golpe, a 25 de novembro do mesmo ano.<sup>1</sup>

Nas semanas anteriores à intentona spinolista, a agitação — social, política e sobretudo militar — subira em espiral. Rumores sobre um eventual golpe de Estado eram noticiados amiúde por jornais portugueses e estrangeiros e discutidos ao mais alto nível. O historiador Josep Sánchez Cervelló chega mesmo a falar de «um golpe que era dia a dia anunciado»<sup>2</sup>. Válida para o 11 de março, esta descrição do autor catalão também se aplica, como se verá, ao 25 de novembro.

---

1 A maior parte das citações deste capítulo, nomeadamente as que não remetem para notas bibliográficas, são retiradas do livro de Adelino Gomes e José Pedro Castanheira, *Os Dias Loucos do PREC*, Lisboa, *Expresso e Público*, 2006.

2 Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993.

Rapidamente abortado e derrotado, do golpe resultaram apenas dois mortos. Muito mais importante em termos de consequências foi a fuga de Spínola, que alcançou de helicóptero a vizinha Espanha, onde deu início a um exílio que se prolongou por 17 meses. Num outro plano, na própria noite de 11 de março, enquanto a RTP exibia uma célebre reportagem de Adelino Gomes sobre o ataque ao RALI, realizou-se uma Assembleia do Movimento das Forças Armadas (MFA). Mais conhecida por «assembleia selvagem», nela foram tomadas decisões em catadupa: a detenção imediata de todo o tipo de suspeitos, entre militares e civis; a criação de um tribunal militar revolucionário incumbido de os julgar; uma urgente remodelação do Governo; a nacionalização da banca e o avanço da reforma agrária<sup>3</sup>. Um dos pontos mais polémicos foi a proposta de fuzilamento dos responsáveis pelo golpe, mas que a Assembleia ignorou. Já no final dos trabalhos, o chefe de Estado general Costa Gomes, que lhe presidia, fez questão de confirmar formalmente o agendamento das eleições para a Assembleia Constituinte no prazo fixado no Programa do MFA<sup>4</sup>, o que contrariou a tendência das correntes mais radicalizadas<sup>5</sup>. A arquitetura dos principais órgãos do poder foi profundamente redesenhada, com a dissolução da Junta

---

3 Sobre esta assembleia, ver Carlos de Almada Contreiras, Vasco Lourenço e Jacinto Godinho, *A Noite Que Mudou a Revolução de Abril: A Assembleia Militar de 11 de Março de 1975* (Transcrição da gravação original), Lisboa, Edições Colibri, 2019.

4 O Movimento das Forças Armadas foi o movimento que derrubou o Estado Novo, o golpe militar de 25 de abril de 1974, e que delineou o programa de reestruturação político-económica a ser implementado nos anos seguintes, assente em três grandes compromissos, conhecidos pelos «três D»: democratizar, descolonizar e desenvolver.

5 Veja-se, a este respeito, o comentário feito, anos mais tarde, pelo coronel Varela Gomes, um dos expoentes da corrente comunista, mais ligada ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves: «A mesma assembleia que tinha aplaudido as referências à Reforma Agrária, às Nacionalizações e ao Socialismo aprovou também, descuidadamente, sem qualquer debate, esta derradeira moção [sobre as eleições para a Assembleia Constituinte][...] Menos de 12 horas depois, a nova direita militar (dita moderada) começava a reagrupar forças e a preparar a marcha para a recuperação.» (João Varela Gomes, *Sobre os Golpes Contra-Revolucionários de 11/3 e de 25 de Novembro*, pp. 43-44, Lisboa, s/d).

de Salvação Nacional<sup>6</sup> e do Conselho de Estado e a criação de um Conselho da Revolução.

## **NACIONALIZAÇÕES E MUDANÇAS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL**

O 11 de março não foi a primeira vez em que militares envolvidos no derrube do Estado Novo divergiram seriamente e se confrontaram.

Ainda em 1974, assistira-se a um braço de ferro entre a Comissão Coordenadora do MFA, que concebera e executara o golpe de 25 de abril, e o então presidente da República, general Spínola. Foi o chamado «golpe Palma Carlos», nome do primeiro-ministro do I Governo Provisório, que, em consonância com Spínola, se propôs reforçar os poderes presidenciais e adiar a realização das eleições para a Assembleia Constituinte. Um novo choque, em torno do mesmo desiderato, ocorreu a 28 de setembro, data para a qual foi convocada uma manifestação da chamada «maioria silenciosa», de apoio a Spínola. Em ambos os casos o desfecho foi desfavorável ao general, que acabou por se demitir do cargo de presidente da República.

De contornos bem diferentes foi o confronto, mais de caráter ideológico e programático, em torno do Programa de Política Económica e Social, coordenado pelo ministro Melo Antunes, de dezembro de 1974. De feição social-democrata, o seu conteúdo suscitou viva desconfiança por parte dos

---

<sup>6</sup> A Junta de Salvação Nacional foi o principal órgão de poder político-militar saído do golpe de 25 de abril de 1974. Prevista no Programa do MFA, era composta por sete oficiais-generais: três do Exército (António de Spínola, Francisco da Costa Gomes e Jaime Silvério Marques), dois da Armada (Pinheiro de Azevedo e Rosa Coutinho) e dois da Força Aérea (Galvão de Melo e Diogo Neto). A sua composição, porém, não foi sempre a mesma. Criada para perdurar até à entrada em vigor da nova Constituição, foi extinta a seguir ao 11 de março, dando lugar ao Conselho da Revolução. Ver, a propósito, António Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos (coord.), *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril*, vol. 5, pp. 146-153, Porto, Figueirinhas, 2016.